



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

Secretaria de Administração e Fazenda



EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE 008/2023

PREGÃO PRESENCIAL PREFE Nº 006/2023 -SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Código TCE-SC: B928F2555E840B0805DAC4CFFFD1F0003B3B178B

O MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS, Estado de Santa Catarina, através de seu prefeito municipal Sr. **MARCIO LUIZ BIGOLIN GROSELLI**, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO**, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL para **REGISTRO DE PREÇOS do TIPO MENOR PREÇO POR ITEM** para eventuais futuras **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO PARCELADAS DE NITROGENIO LIQUIDO PARA UTILIZAÇÃO NO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO BOVINA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS/SC**, de acordo com Anexo I – Termo de Referencia, e que estará recebendo os documentos pertinentes à habilitação e proposta, que deverão ser protocolados junto a PREGOEIRA OFICIAL DO MUNICÍPIO junto ao Setor de Licitações e Contratos do Município de São Domingos, na Rua Getúlio Vargas, nº 750, São Domingos, Santa Catarina, conforme segue, regendo-se este Processo Licitatório pela Lei nº 8.666 de 21/06/93 e suas alterações posteriores; Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e por este Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

14 de fevereiro de 2023, até as 08:30 horas.

ABERTURA DAS PROPOSTAS

14 de fevereiro de 2023, a partir das 08:35 horas.

LOCAL DA ABERTURA

Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de São Domingos – SC, localizada na Rua Getúlio Vargas nº 750, centro, na cidade de São Domingos – SC.

1 - DO OBJETO

1.1 - Tem por objeto o presente EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL para **REGISTRO DE PREÇOS do TIPO MENOR PREÇO POR ITEM** eventuais futuras **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO PARCELADAS DE NITROGENIO LIQUIDO PARA UTILIZAÇÃO NO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO BOVINA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS/SC**.

1.2 - Os itens devem ser cotados em moeda corrente nacional (real) **POR ITEM** conforme consta no quadro relação de itens e valores máximos anexo deste Edital, **com até 2 (duas) casas após a virgula** para o valor UNITÁRIO e TOTAL DO ITEM, entendendo-se estar incluído neste valor da proposta, todos os tributos e todos os



demais custos decorrentes de toda a operação de venda e entrega DOS OBJETOS LICITADOS AO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS – SC.

1.3 - Os valores constantes na relação de itens do objeto deste processo são o indicativo do valor máximo aceitável;

1.4 - **Os PRODUTOS com seus preços registrados neste Processo, serão solicitados de acordo com a necessidade não garantindo aquisição por parte do município dentro do prazo de validade da ata de registro de preços.**

1.5 A licitante participante que não apresentar sua proposta nos termos dos itens deste edital será automaticamente desclassificada/inabilitada.

1.6- A licitante deverá cotar seus preços considerando que o julgamento será pelo critério de MENOR PREÇO POR ITEM.

1.8 - A minuta da ata de registro de preços é parte integrante do Edital deste Processo Licitatório.

1.9 - O valor final apurado do item “pós lances” no certame será(ao) aquele(s) que deverá(ao) ser apresentados em Notas Fiscais pelas Licitantes vencedoras, sendo a empresa a única responsável, sob pena de não empenhamento e devolução de Notas Fiscais incorretas.

2 - DA PARTICIPAÇÃO

2.1 - Poderão participar deste Processo Licitatório todas as PESSOAS JURÍDICAS que atenderem às exigências deste Edital.

3 - DA IMPOSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Não poderão participar deste Processo Licitatório, as PESSOAS JURÍDICAS que se enquadrarem em uma ou mais das seguintes situações:

- a) que estejam cumprindo pena de suspensão temporária de participação em licitação e/ou impedimento de contratar com a Administração Pública;
- b) que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com qualquer órgão público;
- c) que estejam na condição de falência; concordata; dissolução, ou, liquidação;
- d) que se subsumem nas disposições dos arts. 9º e art. 27 da Lei nº 8.666/93;
- e) em consórcio.
- f) Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste processo licitatório.

4 - DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

4.1 - Para fins de **credenciamento** junto a Pregoeira, o proponente deverá enviar um representante munido de documento que o credencie a participar (ANEXO I), em papel timbrado da Empresa, constando, no mínimo, nome e CNPJ, datado e assinado (com firma reconhecida em cartório), respondendo o mesmo pela representada. Também



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS
Secretaria de Administração e Fazenda



será admitido o credenciamento mediante a apresentação de procuração pública ou por instrumento particular com firma reconhecida em cartório, nas quais constem poderes para a prática de todos os atos inerentes ao certame.

4.2 - O credenciamento ocorrerá até o dia de abertura do certame dentro dos horários definidos anteriormente, junto a Pregoeira Oficial do Município de São Domingos – SC, na sala de licitações, junto ao Centro Administrativo Municipal.

4.3 - O credenciamento é imprescindível para que o interessado possa realizar lances verbais e sucessivos, bem como possa manifestar interesse recursal.

4.4 - Para a efetivação do credenciamento o representante da proponente exibirá a Pregoeira qualquer **documento de identidade “com foto” emitido por órgão público juntamente com documento que o credencie a participar (ANEXO I), deste Processo Licitatório** na modalidade Pregão Presencial e a **responder pelo proponente em todos os atos do presente procedimento Licitatório, tais como: assinar documentos, oferecer lances verbais, renunciar, impugnar.**

4.5 - Deverá apresentar **cópia autenticada de documento (ato constitutivo, estatuto ou contrato social e seus termos aditivos, do documento de eleição de seus administradores, devidamente registrados na Junta Comercial ou no cartório de pessoas jurídicas, conforme o caso)**, a fim de comprovar se o outorgante credenciado possui os devidos poderes da outorga supra.

4.6 - No caso de **proprietário, diretor, sócio** ou assemelhado da proponente exibirá a pregoeira qualquer **documento de identidade “com foto” emitido por órgão público e deverá comprovar a representatividade por meio da apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e seus termos aditivos, do documento de eleição de seus administradores, devidamente registrados na Junta Comercial ou no cartório de pessoas jurídicas**, conforme o caso, ficando, nessa hipótese, dispensado de apresentar o documento constante no ANEXO I.

4.7 - Caso o proponente não compareça, mas envie toda a documentação necessária dentro do prazo estipulado, participará do Pregão com a primeira proposta apresentada quando do início dos trabalhos, renunciando a apresentação de novas propostas e a interposição de recursos.

4.8 - No ato do credenciamento o representante deverá entregar **declaração do proponente dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação**, conforme dispõe o art. 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 (ANEXO II).

4.9 - Ainda, no ato do credenciamento, deverá ser apresentada **declaração de aceitação de todas as normas do presente edital** (ANEXO III).

4.10 - Não será admitido o credenciamento de um mesmo representante para mais de uma proponente.

4.11 - Cada proponente participante poderá credenciar apenas um representante.

4.12 - **No ato do credenciamento a participante que se enquadra na condição de**



microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar n° 147 de 07/08/2014, para garantia do direito de preferência previsto na lei, neste Processo Licitatório, deverá entregar a pregoeira Oficial do Município CERTIDÃO EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL referente à situação de enquadramento da empresa, expedida há menos de 180 (cento e oitenta) dias.

4.13 - Para efeito de julgamento da habilitação das microempresas ou empresas de pequeno porte, será considerada a Lei Complementar n° 123/06.

4.14 - O não cumprimento dos itens 4.12 e 4.13 não é motivo para o não credenciamento, inabilitação ou desclassificação da licitante, tão somente excluirá o exercício do direito de preferência assegurado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do artigo 44 da Lei Complementar n° 123/06.

5 - DA ENTREGA DOS ENVELOPES

5.1 - O Envelope n° 01 (Proposta de Preços) e o Envelope n° 02 (Documentos de Habilitação) deverão ser entregues a Pregoeira Oficial do Município no ato do CREDENCIAMENTO que fará Protocolo de Entrega dos envelopes.

5.2 – Os envelopes de habilitação e propostas que forem entregues após o horário estabelecido neste Edital, **não serão recebidos pela Pregoeira e Equipe de Apoio.**

5.3 - Não havendo descrição nos envelopes (documentos de habilitação e proposta de preços) que possibilite identificar com clareza o Processo Licitatório, a proponente estará automaticamente inabilitada e desclassificada.

6 - DA FORMA E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 - A proposta de preços deve estar no ENVELOPE n° 01 será efetuada de forma específica e de acordo com o objeto deste edital, apresentando o valor UNITÁRIO POR ITEM e o valor total do ITEM com duas casas após a vírgula, entendendo-se estar incluído neste valor da proposta, todos os tributos e todos os demais custos decorrentes de toda a operação de venda e entrega DOS OBJETOS LICITADOS AO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS – SC.

6.2 - Deverá a proposta ser redigida em língua portuguesa, com os valores na forma numérica, podendo ser manual, datilografada ou por meio eletrônico, em via única, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, assinada na última folha e rubricada nas demais;

6.3 - A proponente deverá cotar em moeda corrente nacional (real) um ou mais itens do Edital, sempre identificando qual.

6.4 - O prazo de validade da proposta apresentada será de mínimo 90 (noventa) dias contados a partir da homologação deste Processo Licitatório.

6.5 - Sob as penas legais, não caberá desistência da proposta, salvo por motivos extremamente impeditivos e imprevisíveis que ocorrerem até à ocasião da apresentação da proposta, decorrente de fato superveniente ou excepcional,



devidamente justificado no prazo de 24 (vinte e quatro horas), contados da ocorrência do imprevisto, e aceito pela Administração.

6.6 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista nesta Licitação ou baseados nas das demais licitantes;

6.7 - Não será aceita proposta com valor excessivo ou extremamente baixo, incompatível com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, salvo por razões que os justifiquem, através de justificativa fundamentada pela ofertante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, da solicitação da pregoeira ou da autoridade superior.

6.7.1 - Considera-se preço excessivo aquele acima do que a administração se propõe a pagar.

6.8 - O envelope de apresentação da proposta poderá conter na parte frontal externa as seguintes indicações:

ENVELOPE nº 01 – PROPOSTA DE PREÇO
A PREGOEIRA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC
PROCESSO LICITATÓRIO PREFE Nº 008/2023
PREGÃO PRESENCIAL PREFE Nº 006/2023
NOME/RAZÃO SOCIAL

7 - DA ABERTURA DOS ENVELOPES DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1 - No local indicado neste edital e na data acima já estabelecida, a Pregoeira Oficial do Município iniciará a sessão com a abertura dos envelopes contendo a proposta.

7.2 - Os documentos de PROPOSTA DE PREÇO retirados do envelope serão rubricados pela Pregoeira Oficial do Município, pelos representantes credenciados e pelos membros da equipe de apoio.

7.3 - Os trabalhos poderão ser suspensos temporariamente, a critério exclusivo da Pregoeira Oficial do Município, por qualquer motivo plenamente justificável, desde que todos os representantes presentes sejam comunicados e que seja estabelecido o horário de retomada dos trabalhos e procedido o registro do motivo em ata.

7.4 - No caso de ocorrência do disposto no item 7.3, os envelopes lacrados, já rubricados no fecho pela Pregoeira, equipe de apoio e pelos representantes credenciados, ficarão em poder da Pregoeira Oficial do Município até a retomada dos trabalhos ou início da nova sessão com data e horário pré-definidos e de ciência de todos os representantes.

8 - DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS E LANCES VERBAIS

8.1 - A Pregoeira fará o julgamento da PROPOSTA DE PREÇO classificando-as pelo MENOR PREÇO POR ITEM, considerando, para tanto, as disposições da Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente as da Lei nº 8.666/93.



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS
Secretaria de Administração e Fazenda



8.2 - Serão desclassificadas as propostas elaboradas em desacordo com os termos deste edital, ou que imponham condições que se opuserem a quaisquer dispositivos legais vigentes.

8.3 - É obrigatório aos licitantes descrever, na íntegra, em sua proposta, o objeto ofertado, obedecendo às especificações e condições mínimas constantes no objeto do Edital, bem como demais informações necessárias ao perfeito entendimento do conteúdo da proposta, sob pena de desclassificação da mesma, caso não o façam.

8.4 - Uma vez classificadas as propostas, a Pregoeira Oficial do Município convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

8.5 - Os valores dos lances deverão ser decrescentes e distintos.

8.6 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convidado pela Pregoeira, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.7 - A Pregoeira, durante a sessão, poderá estipular normas, procedimentos, prazos e demais condições que julgar necessário a fim de pôr ordem ao certame.

8.8 - Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades previstas em lei e neste Edital. Dos lances ofertados não caberá retratação.

8.9 - Caso não se realizarem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

8.10 - Não havendo mais interesse dos licitantes em apresentar lance verbal, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM.**

8.11 - Em seguida a pregoeira examinará a aceitabilidade da(s) primeira(s) classificada(s), quanto ao objeto e valor, decidindo a respeito.

8.12 - Caso a proposta de menor preço não seja aceitável, a proposta será desclassificada e a pregoeira Oficial do Município examinará as ofertas subseqüentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta válida.

8.13 - Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital, que sejam omissas, ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, ou ainda os manifestamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado.

8.14 - No caso de desclassificação de todas as propostas apresentadas, a Pregoeira convocará todas as licitantes para, no prazo de 8 (oito) dias úteis, apresentarem novas propostas escoimadas das causas de sua desclassificação, conforme previsão do art. 48 da Lei nº 8.666/93.

8.15 - Nas situações previstas nos itens 8.9 e 8.11, a pregoeira poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.



8.16 - Da sessão lavrar-se-á ata, com o registro das ocorrências relevantes, a qual será, obrigatoriamente, assinada pela Pregoeira Oficial do Município e pelo(s) licitante(s) vencedor(es).

8.17 - A Pregoeira Oficial do Município poderá estipular o valor mínimo do lance e o tempo, para o ITEM.

9 - DA FORMA E APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 - Os documentos abaixo relacionados para habilitação, deverão ser apresentados no “Envelope nº 2 – HABILITAÇÃO”, em **01 (uma) via autenticada ou cópia com apresentação do original** (dentro ou fora do envelope), **rubricados em todas as folhas, com capa descrevendo a razão social, o número da Licitação e seu objeto resumido e índice dos documentos**, de forma a permitir maior rapidez na conferência e exame pertinente, conforme seguem:

9.1.1 - A **Habilitação Jurídica** será comprovada, mediante apresentação de:

a) **Prova de Registro Comercial, no caso de empresa individual; Ato constitutivo, estatuto ou contrato social consolidado ou documento equivalente em vigor, devidamente registrado, com todos os atos arquivados (podendo ser a Certidão de Inteiro Teor ou equivalente) no órgão competente**, tratando-se de sociedades comerciais. No caso de sociedades por ações, aqueles documentos deverão vir acompanhados da publicação da ata da última eleição de diretoria e da última alteração de capital. No caso de sociedades civis, deverá ser apresentada inscrição do ato constitutivo no órgão competente, do ato constitutivo, acompanhada de prova da diretoria em exercício. Em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, é exigida a apresentação de decreto de autorização, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir.

Nota: O objeto social da licitante deverá contemplar, dentre os objetivos sociais, a atividade comercial compatível com o ramo de atividade pertinente ao edital a que propõe participação, sob pena de inabilitação.

9.1.2 - A **Regularidade Fiscal e Trabalhista** será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:

9.1.2.1 - **Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ);**

9.1.2.2 - **Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes estadual ou municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

9.1.2.3 - **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional** mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União - DAU por elas administrados,



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS
Secretaria de Administração e Fazenda



inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 8.212/1991.

9.1.2.4 - **Prova de regularidade com a Fazenda Estadual**, mediante apresentação de certidão emitida pela Fazenda do Estado, onde for sediada a empresa;

9.1.2.5 - **Prova de regularidade com a Fazenda Municipal**, mediante certidão emitida pela Fazenda do Município onde está sediada a empresa.

9.1.2.6 - **Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço**, mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS.

9.1.2.7 - **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.jus.br/certidao).

9.1.2.8 - **Declaração de que a Proponente não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos**, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, Lei nº 9.854/99 e no Decreto nº 4.358/2002, podendo utilizar-se do modelo constante no **Anexo IV** do Edital.

9.1.2.9 - Em conformidade com o art. 4º, XIV, da Lei nº 10.520/02, os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal que já constem do Cadastro de Fornecedores do Município - Certificado de Registro Cadastral (CRC), sendo que deverão apresentar este último, ficando assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados nele constantes.

9.1.2.10 - A "validade" das negativas que constam do CRC deverão estar em pleno vigor na data prevista para abertura do envelope, caso contrário, em que pese constarem no Cadastro de Fornecedores, deverão ser juntadas no Envelope nº 2 – HABILITAÇÃO.

9.1.3 - **A qualificação econômico-financeira** será comprovada, mediante a apresentação de:

9.1.3.1 - Certidão(ões) de Situação Financeira da empresa, comprovando que não existe situação de Falência, Concordata, Recuperação Extrajudicial ou Judicial, decretada da sede da empresa, dentro do período dos últimos 60 (sessenta) dias, antecedentes à data fixada para a abertura dos envelopes - "HABILITAÇÃO" - ou que esteja dentro da validade, conforme expressa na própria certidão.

9.2 - A ausência de alguma informação em documento exigido neste edital poderá ser suprida pela própria Pregoeira, se os dados existirem em outro documento.

9.3 - Não será habilitada a empresa que:

9.3.1 - Faltar com a entrega de algum documento exigido neste edital.

9.3.2 - Esteja sob falência, concordata, dissolução ou liquidação.

9.3.3 - Por qualquer razão, esteja declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal ou punida



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS
Secretaria de Administração e Fazenda



com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública Direta ou Indireta do Município de São Domingos – SC, inclusive empresa cujo(s) responsável (eis), diretor(es) ou sócio(s) que tenha(m) participado de outra empresa penalizada na mesma forma, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo órgão que o sancionou.

9.3.4 - Não apresente condições jurídicas e fiscais ou econômico-financeiras exigidas nesta licitação.

9.3.5 - Eventualmente, tenha faltado de forma relevante, com alguma condição legal ou editalícia, devidamente fundamentado.

9.3.6 - Participe deste Pregão sob qualquer forma de constituição de consórcio, associação ou cooperação.

9.4 - As Certidões Negativas de débitos fiscais poderão ser fornecidas mediante documentação obtida via sistema eletrônico (on-line), porém somente serão aceitas se apresentadas sob a forma original impressa (sem ser cópia) e que esta forma de comprovação esteja prevista em regulamentação própria, do órgão declarante.

9.5 - Aceitação das Certidões Negativas e contratos emitidos via sistema eletrônico, fica condicionada à verificação da autenticidade pela Internet ou junto ao órgão emissor, pelo Município.

9.6 - Exceto as certidões obtidas via internet, os demais documentos somente poderão ser apresentados no original ou em processo de cópias autenticadas por cartório competente ou servidor público da municipalidade.

9.7 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante com número do CNPJ e endereço respectivo, observando que:

- a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial; e
- c) se a licitante for a matriz e a fornecedora for a filial, os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente;
 - c.1) serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.8 - O envelope nº 02, documentação da habilitação, poderá conter na as seguintes indicações:

ENVELOPE nº 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
A PREGOEIRA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC
PROCESSO LICITATÓRIO PREFE Nº 008/2023
PREGÃO PRESENCIAL PREFE Nº 006/2023



NOME/RAZÃO SOCIAL

10 - DA ABERTURA DOS ENVELOPES DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

10.1 - Concluída a fase de classificação das Propostas de Preço serão iniciados os procedimentos de abertura dos envelopes nº 02 referentes aos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, e verificado o atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

10.2 - Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO retirados de envelopes serão rubricados pela Pregoeira Oficial do Município, pelos representantes credenciados e membros da equipe de apoio.

10.3 - Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos já constantes no envelope.

10.4 - Se o licitante classificado com a melhor proposta de preços não atender às exigências de habilitação, a pregoeira examinará as propostas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

10.5 - Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital (PROPOSTA e HABILITAÇÃO), a (s) licitante (s) será (ão) declarada (s) vencedora (s).

10.6 - A adjudicação do objeto desta licitação poderá ser feita a uma ou mais licitantes.

10.7 - A licitante é responsável pelas informações e documentos apresentados, sendo motivo de desclassificação ou inabilitação a prestação de quaisquer dados ou documentos falsos. A desclassificação ou inabilitação poderá ocorrer em qualquer fase, se porventura a Pregoeira vier a tomar conhecimento de fatos que contrariem as disposições contidas neste Edital ou que desabonem a idoneidade do proponente.

10.8 - A Pregoeira Oficial do Município ou a autoridade superior poderá, a qualquer tempo, solicitar esclarecimentos e promover diligências, em qualquer momento e sempre que necessário, fixando prazo para atendimento, destinados a elucidar ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente em qualquer dos envelopes.

11 - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS

11.1 - DO PREÇO

O preço dos produtos deve ser cotado incluindo-se nele todos os tributos e todos os demais custos diretos e indiretos decorrentes de toda a operação de venda e entrega, conforme estipulado neste edital.

11.2 - DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento à empresa vencedora será efetuado em moeda corrente nacional (real) em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal ao Setor de Contabilidade do Município, conforme disponibilidade financeira e cronograma de pagamentos.



11.3 - DO REAJUSTAMENTO

Os preços fixados a partir da homologação deste edital **não** serão reajustados, sem prejuízo, contudo, do disposto no artigo 65, II, "d" da Lei nº 8.666/1993, em caso de desequilíbrio econômico-financeiro, a ser comprovado pela licitante prejudicada.

11.4 - DA ATUALIZAÇÃO

A atualização monetária em decorrência de mora, entre a data fixada para o pagamento e seu efetivo pagamento, será determinada com base na variação do IGPM – FGV, ou outro que venha substituí-lo.

12 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

12.1 - Até 02 (dois) dias úteis anteriores à data limite fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório deste Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços, cabendo a Pregoeira decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

12.2 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

13 - DOS RECURSOS

13.1 - Dos atos relacionados a este Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial cabem os recursos previstos na Lei nº 10.520/02 e na Lei nº 8.666/93, sendo a autoridade superior para o recurso a Prefeita Municipal de São Domingos, por intermédio da Pregoeira, que poderá reconsiderar a sua decisão ou fazê-lo subir, devidamente informado.

13.2 - Decairá do direito de impugnar o Edital, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura das propostas.

13.3 - Ao final da sessão, o licitante que desejar recorrer contra decisões da pregoeira poderá fazê-lo, manifestando sua intenção imediatamente após a fase competitiva, com registro da síntese de suas razões, sendo-lhe facultado juntar razões no prazo de 3 (três) dias. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

13.4 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

13.5 - NÃO SERÃO CONHECIDAS AS IMPUGNAÇÕES E RECURSOS PROTOCOLADOS FORA DO PRAZO LEGAL E/OU SUBSCRITOS POR REPRESENTANTE NÃO HABILITADO LEGALMENTE OU NÃO IDENTIFICADO NO PROCESSO PARA RESPONDER PELO PROPONENTE.

13.6 - Não serão admitidos recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não apresentadas pelo proponente as razões para interposição do recurso.

13.7 - Os recursos contra decisões da pregoeira NÃO terão efeito suspensivo.



13.8 - O acolhimento do recurso importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14 - DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

14.1 - O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços, junto à Prefeitura Municipal de São Domingos, não excederá a 03 (três) dias após a homologação deste Processo Licitatório, pela Prefeita Municipal, sob pena de aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor homologado.

14.2 - Ainda, caso a empresa vencedora não cumpra com o prazo fixado para assinatura da Ata, esta será desclassificada, sendo convocada a 2ª colocada para subscrever a aludida ata (Decreto nº 7892 de 23 de janeiro de 2013).

15 - DO PRAZO PARA ENTREGA

15.1 - Os objetos ora licitados deverão ser executados de acordo com cronograma estabelecido pelo município, após a solicitação da respectiva Secretaria.

16 - DAS PENALIDADES

16.1 - Se a vencedora não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, estará sujeita às seguintes penalidades:

16.1.1 - Advertência;

16.1.2 - Suspensão do direito de licitar junto ao Município de São Domingos – SC;

16.1.3 - Pagamento de multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;

16.1.4 - Declaração de inidoneidade;

16.1.5 - Rescisão contratual em caso de três faltas e infrações cometidas.

16.1.6 - As demais penalidades previstas no art. 80 a 99 da Lei nº 8.666/93;

16.2 - Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município de São Domingos – SC, em favor da licitante vencedora. Caso o valor da multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente, ou judicialmente, se necessário.

17 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1 - As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta do orçamento do Município de São Domingos para o ano de 2023, e futuramente no orçamento de 2024.

18 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

18.1 - Os licitantes poderão examinar o presente edital e retirá-lo no Setor de Licitações, na Secretaria de Administração e Fazenda do Município de São Domingos, Rua Getúlio Vargas nº 750, de segunda a sexta-feira no horário das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h.

18.2 - Demais informações e esclarecimentos sobre o presente edital, poderão ser



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS
Secretaria de Administração e Fazenda



obtidos através do telefone (49) 3443 0281 e correio eletrônico para licitacao@saodomingos.sc.gov.br.

18.3 - Fica assegurado ao Município de São Domingos – SC, através de ato da Prefeita Municipal, anular ou revogar a qualquer tempo, no todo ou em parte, o Presente Processo Licitatório na modalidade Pregão Presencial, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

18.4 - Será lavrada ata do(s) trabalho(s) desenvolvido(s) em ato público de abertura dos envelopes, a qual será assinada pela pregoeira Oficial do Município e pelo(s) licitante(s) vencedor(es).

18.5 - A pregoeira Oficial do Município e sua equipe de apoio, no interesse público, poderão relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

18.6 - É facultado à licitante formular protestos, consignando em ata dos trabalhos, para prevenir responsabilidades, prover a conservação ou ressalva de seus direitos ou para simplesmente manifestar qualquer intenção de modo formal.

18.7 - Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Município de São Domingos não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.8 - A contratada se submete a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado.

18.9 - Fazem parte complementar e inseparável deste Edital os seguintes ANEXOS:

18.9.1 - ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA

18.9.2 – ANEXO II - MODELO DE CREDENCIAMENTO.

18.9.3 - ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.

18.9.4 - ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DE TODAS AS NORMAS DO EDITAL.

18.9.5 - ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGABILIDADE DE MENORES.

18.9.6 - ANEXO VI – MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

São Domingos - SC, 31 de fevereiro de 2023.

MARCIO LUIZ BIGOLIN GROSELLI
Prefeito Municipal

ELTON JOHN MARTINS DO PRADO
Assessor Jurídico OAB/SC 42.539



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS
Secretaria de Administração e Fazenda



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

01 – OBJETO;

A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para futuras aquisições parceladas de nitrogênio líquido.

02 – JUSTIFICATIVA;

Solicito ao setor de licitações a abertura de Processo Licitatório para Registro de Preços para futuras aquisições parceladas de nitrogênio líquido para utilização no programa de inseminação artificial bovina da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do Município de São Domingos – SC. Foram conseguidos 2 (dois) orçamentos para a realização do processo licitatório, no qual o Secretário de Administração e Fazenda Marcos André Morschheiser autorizou.

03 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, QUANTIDADES E ESTIMATIVA DE VALOR;

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTDE	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
01	NITROGÊNIO LÍQUIDO PARA ARMAZENAMENTO DE SÊMEN BOVINO PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DE SÃO DOMINGOS/SC	LITROS	15.000	XXX	3,93	R\$ 58.950,00
			TOTAL GERALR\$			58.950,00

04 – PRAZO, LOCAL DE ENTREGA OU EXECUÇÃO;

A licitante vencedora deverá garantir a entrega no local definido pela administração, tanto em área urbana e distritos, com horário e tempo de duração para os abastecimentos dos botijões criogênicos definido pela Secretaria Municipal de Agricultura da Secretaria de Agricultura e Meio de São Domingos em até 2 (dois) dias úteis após solicitação.

05 – RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO/FISCAL DO CONTRATO;

Luan Eduardo Marmentini e Andrei Poggere.

06 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA;

As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta do orçamento da SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE do Município de São Domingos – SC.

07 – VALORES REFERÊNCIAS DE MERCADO;

R\$ 75.000,00 – CNPJ 10.XXX.100/0001-XX;

https://www.galvao.sc.gov.br/uploads/sites/420/2022/04/2360033_HOMOLOGACAO_13.pdf

https://ipuacu.sc.gov.br/uploads/sites/426/2021/12/2080214_PL_PREF_302021_PP_PREF_172021.pdf

08 – PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO;

A Ata de Registro de Preços que vier a ser firmada terá vigência de 01 (um) ano.

São Domingos/SC, 31 de janeiro de 2023

Andrei Poggere de Oliveira
Secretário de Agricultura e Meio Ambiente



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS
Secretaria de Administração e Fazenda



(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

ANEXO II – MODELO DE CREDENCIAMENTO

(Local/Município), _____ de _____ de 202X.

A

Pregoeira Oficial do Município
Município de São Domingos - SC
Credenciamento para participar no:
Processo Licitatório nº/202X
Pregão Presencial nº/202X

O(s) abaixo assinado(s), na qualidade de responsável(is) legal(is) pela Empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____ vem pela presente, informar a V.S^{as}, que o(a) Sr.^o (a) _____, portador da Carteira(s) de identidade nº(s) _____ (apresentar o original) é pessoa autorizada a representar, em todos os atos, a pessoa jurídica acima citada durante a realização do Processo Licitatório na modalidade Pregão Presencial em epígrafe, podendo para tanto, assinar propostas de preços, oferecer novos lances verbais, transigir, renunciar a recursos, requerer, assinar, enfim, praticar todos os atos referentes ao certame.

Era o que tínhamos para o momento.

Assinatura Identificável - COM FIRMA RECONHECIDA

(nome do representante da empresa)

Obs.: Deverá ser apresentado documento que comprove que o subscritor tem poderes para a outorga (item 4.5).



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS
Secretaria de Administração e Fazenda



(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(Local/Município), _____ de _____ de 202X

A
Pregoeira Oficial do Município
Município de São Domingos - SC
Credenciamento para participar no:
Processo Licitatório nº/202X
Pregão Presencial nº/202X

O(s) abaixo assinado(s), na qualidade de responsável(is) legal(is) pela Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ DECLARA, sob as penas da lei, principalmente a disposta no art. 7º da Lei nº 10.520/02, que satisfaz plenamente todas as exigências habilitatórias previstas no certame epígrafado, em obediência ao disposto no art. 4º, VII da Lei nº 10.520/02.

E por ser esta a mais pura expressão da verdade firmo a presente.

Assinatura Identificável
(nome do representante da empresa)



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS
Secretaria de Administração e Fazenda



(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DE TODAS AS NORMAS
DO EDITAL**

(Local/Município), _____ de _____ de 202X

A
Pregoeira Oficial do Município
Município de São Domingos - SC
Credenciamento para participar no:
Processo Licitatório nº/202X
Pregão Presencial nº/202X

O(s) abaixo assinado(s), na qualidade de responsável(is) legal(is) pela Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ DECLARA, sob as penas da lei, que aceita integralmente todas as normas do Edital, nada tendo a reclamar administrativa ou judicialmente.

E por ser esta a mais pura expressão da verdade firmo a presente.

Assinatura Identificável
(nome do representante da empresa)



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS
Secretaria de Administração e Fazenda



(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGABILIDADE DE MENOR
(MODELO)

(Nome da Empresa)

Xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito no CNPJ nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, por intermédio de seu representante legal, Sr(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador(a) da Carteira de Identidade nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx e do CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(local), xxx de xxxxxxxxxxxxxxxxxxx de 202x.

Nome completo e assinatura do declarante
CPF e RG



ANEXO VI – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREFE n° 0XX/202X

**PREGÃO PRESENCIAL n° 0xx/202X; PROCESSO PREFE n° xx/202X;
VALIDADE: 1 (UM) ANO**

Aos XXX dias do mês de XXX de 202x, o Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados que realizou Sessão Pública de Licitação, na Modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços, tipo Menor Preço por item, nos termos da presente e no que preceituam as Leis n° 10.520/02; Lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores; Decreto Municipal n° 020 de 10 de março de 2006 e Decreto Municipal n° 480 de 17 de maio de 2010; Decreto n° 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços n° 0xx/202x, Ata publicada no Mural Público e homologada pela autoridade competente deste Município, RESOLVE registrar os preços para eventuais futuras **AQUISIÇÕES DE xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, conforme consta na relação de itens vencidos por fornecedor, que passa a fazer parte desta, tendo sido, os referidos preços, oferecido(s) pela(s) empresa(s) cuja proposta foi classificada em 1º lugar, nos respectivos itens no certame acima numerado, demais classificados ficam registrados no sistema de registro de preços, para possíveis contratações.

Cláusula Primeira – Do objeto

1.1 - A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível futura contratação entre o **MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS** e a empresa **XXXXX**, CNPJ n° **XXXXX**, classificada como primeira colocada no Pregão Presencial PREFE n° 0xx/202x, nos itens constantes na relação anexa a esta ata.

Cláusula Segunda – Dos preços e reajustes

2.1. A empresa **XXXXX**, CNPJ n° **XXXXXX**, restou classificada nos itens n° XX, com o valor total de R\$ **XXXXX**.

2.2. Considerando o prazo de validade estabelecido na Cláusula III da presente Ata, e, em atendimento ao §1º, art. 28, da Lei Federal 9.069, de 29.6.1995 e demais legislação, é vedado qualquer reajustamento de preços.

2.3. O Município somente promoverá alteração de valores em caso de desequilíbrio econômico-financeiro, no intuito de restabelecê-lo, conforme disposições da Lei n° 8.666/93.

Cláusula Terceira – Da validade da Ata

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 1 (um) ano contado da data de sua respectiva assinatura.

Parágrafo único. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o **MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS** não será obrigado a firmar as contratações que



deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Cláusula Quarta – Da utilização da Ata de Registro de Preços

4.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

4.2 - O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o constante da relação de itens vencidos por fornecedor, anexo desta.

4.3 - Em cada fornecimento de produto, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada após o lance pela empresa detentora da presente Ata.

Cláusula Quinta – Do local e prazo de entrega

5.1 - Os objetos licitados deverão ser entregues pela licitante vencedora em, **no máximo, 02 (dois) dias úteis** após a solicitação da respectiva Secretaria.

Cláusula Sexta – Do pagamento

6.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega da Nota Fiscal no Setor de Contabilidade do Município.

6.2 - A Contratante poderá sustar o pagamento de qualquer parcela, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

6.2.1 - existência de qualquer débito para com o Município de São Domingos – SC;

6.2.2 - descumprimento de qualquer um dos dispositivos contidos nesta Ata de Registro de Preços ou no Processo Licitatório.

6.3 - Ainda, os preços fixados a partir da ASSINATURA desta ATA não serão reajustados.

6.4 - A atualização monetária em decorrência de mora, entre a data fixada para o pagamento e seu efetivo pagamento, será determinada com base na variação do IGP-M – FGV, ou outro índice que venha a substituí-lo.

Cláusula Sétima – Das condições de fornecimento

7.1 - A entrega dos produtos efetivar-se-á com o efetivo recebimento da Secretaria solicitante.

7.2 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

Cláusula Oitava – Das obrigações.

8.1 - DA CONTRATADA

8.1 - Efetuar a entrega dos itens licitados conforme estipulado na presente Ata de Registro de Preços.

8.2 - Entregar os itens licitados nos locais indicados pela Secretaria.

8.3 - Garantir e zelar pela qualidade dos objetos licitados.

8.2 - DA CONTRATANTE

8.2.1 - Efetuar o pagamento conforme ajustado, mediante apresentação da Nota Fiscal;



Cláusula Nona – Das penalidades

9.1 - A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC, e será descredenciada do MUNICÍPIO, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato, e das demais cominações legais, além de:

9.2. Pela recusa em aceitar o pedido de compras e/ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, a adjudicada se sujeitará à multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da proposta, podendo ainda a licitante vencedora, ser desclassificada e reclassificada a 2ª colocada para subscrever a ata (Decreto nº 7892 de 23/01/2013).

9.2.1. A penalidade prevista no subitem anterior não se aplica às empresas remanescentes, em virtude da não aceitação da primeira convocada.

9.3. À proponente que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta ou lance, faltar ou fraudar na execução das obrigações assumidas para execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos causados:

a) advertência;

b) multa, sendo:

b.1) de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor do contrato por dia de atraso ou execução do objeto em desacordo com as condições estabelecidas;

b.2) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução total ou parcial do objeto licitado;

b.3) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias.

c) Cancelamento da contratação e suspensão temporária ao direito de licitar com o Município de São Domingos - SC, bem como o impedimento de com ela contratar, pelo prazo de 02 (dois) anos, na hipótese de descumprimento integral ou descumprimento parcial do Contrato.

9.4. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, podendo as multas ser descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente.

9.5. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, conseqüentemente, a sua aplicação não exige a empresa vencedora da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar ao Município de São Domingos - SC.



Cláusula Décima – Do cancelamento da Ata de Registro de Preços

10.1 - Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

I - Pela Administração, quando:

- a - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b - a detentora não assinar o contrato no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;
- c - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- d - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;
- e - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- f - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;
- g - a comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste Edital, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.
- h - no caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado após a publicação.

II - Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:

- a - à solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas neste Contrato, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima Primeira – Das disposições finais e do foro

11.1 – Esta Ata segue o Edital do Pregão Presencial PREFE nº 0xx/202X e vem acompanhada pela relação dos itens nos quais a empresa **XXXXX** restou vencedora.

Fica eleito o foro da Comarca de São Domingos - SC, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 480/2010, Decreto nº 7892/2013 e demais normas aplicáveis.

São Domingos – SC, xx de xx de 202X.